

# Congelamento: grande dúvida do Presidente

HELIVAL RIOS  
Da Editoria de Economia

Brasília — O presidente José Sarney ficou na dúvida até o último momento, sobre se adotava ou não o congelamento do Imposto de Renda retido na fonte durante o ano de 1985 para todos os contribuintes. A proposta do congelamento das restituições até 1989 que acabou prevalecendo, vai propiciar uma economia de desembolsos do Governo de mais de Cr\$ 20 trilhões no próximo ano.

O presidente Sarney foi alertado pela sua assessoria de que a medida era extremamente perigosa e poderia trazer um ônus político irrecuperável para o Governo. A indecisão do Presidente foi tão grande sobre se adotava ou não a medida, que ele decidiu adiar o lançamento do "pacote econômico" por um período de 24 horas, para lhe dar tempo a ampliar suas consultas na área política. Feitas as consultas, a dúvida ainda persistia, sendo o Presidente convencido pelo ministro Dilson Funaro, que se responsabilizou pessoalmente pela decisão.

A idéia de congelar as restituições do Imposto de Renda do ano-base de 1985 surgiu no Ministério da Fazenda e demorou algum tempo até que fosse definitivamente encampada pelo ministro Funaro. O pai da idéia é o assessor especial do ministro da Fazenda, professor da (Universidade de Campinas, (Unicamp), João Manoel Cardoso de Mello. Ele a defendeu arduamente em todas as reuniões internas de Governo, e na segunda-feira última teve de enfrentar um embate decisivo com o assessor especial para Assuntos Econômicos do Palácio do Planalto, Luiz Paulo Rosemberg que, no pacote, ficou encarregado de elaborar as medidas destinadas à privatização da economia.

Rosemberg, segundo chegou a confessar a amigos, estava predeterminado a nada falar nestas reuniões, que não fosse relativo à área da privatização, da qual estava incumbido. Mas quando tomou conhecimento dos detalhes técnicos do congelamento das restituições do Imposto de Renda do ano-base de 1985, não agüentou e abriu um debate cruento com João Manoel, numa reunião no Ministério da Fazenda.

Ao chegar ao Palácio do Planalto, do encontro técnico no Ministério da Fazenda, Rosemberg deu alarme contra a medida em reunião com o secretário particular do Presidente, Jorge Murad, dizendo que o presidente Sarney poderia cair numa poderosa armadilha. E foi com este argumento que foi até o Presidente.

No dia seguinte, terça-

feira, os integrantes do Conselho Político também mostraram-se assustados com a medida. A primeira parte da reunião foi dirigida pelo próprio Sarney que, no entanto, teve de se ausentar para uma viagem ao Rio. A reunião passou a ser presidida pelo ministro João Sayad, do Planejamento, não muito feliz na sua argumentação. A vinda de Funaro a Brasília (ele se encontrava nos Estados Unidos, a convite do secretário do Tesouro daquele país, James Baker) somente estava prevista para quarta-feira. Entretanto, ao sentir os obstáculos surgidos ao congelamento das restituições no Palácio do Planalto, os assessores de Funaro também acenderam o alarme no Ministério, apressando o retorno do Ministro ao Brasil. "Ministro, venha logo. Aquela nossa principal decisão está por um fio" — teria dito um seu assessor num telefonema para os Estados Unidos.

Felizmente, para o Ministério da Fazenda, Dilson Funaro chegou a tempo da reunião do Conselho Político, mas já sem a presença do presidente Sarney. Tomou a direção da reunião do ministro Sayad e conseguiu convencer os líderes da "Aliança Democrática". "Muito bem, Ministro, nós estamos convencidos. E os outros, lá no Congresso?" — interpelou-lhe um parlamentar, ao que Funaro, imediatamente se prontificou a ir junto com Sayad, no dia seguinte (quarta-feira) à Câmara e ao Senado conversar com as demais lideranças parlamentares. No Congresso, o Ministro acha que obteve boa receptividade dos parlamentares. Só que a medida deveria sofrer uma pequena alteração, limitando o congelamento a um prazo de 120 dias para as restituições de até 10 ORTNs (Cr\$ 635 mil 472,00), conforme já previa projeto de lei do senador Carlos Chiarelli.

Isso, segundo explicou o Ministro, em nada prejudicaria a medida, porque cerca de 90 por cento da massa de recursos retidos na fonte referem-se às restituições superiores a 10 ORTNs. Melhor ainda, cerca de 70 por cento dos contribuintes estão incluídos na faixa das restituições de até 10 ORTNs.

Assim, agrada-se aos contribuintes e o Governo defende o que lhe importa decisivamente, que são os recursos. A constatação desses números determinou a incorporação ao pacote da sugestão de Chiarelli, e fez com que o ministro Funaro saísse do Congresso Nacional sentindo-se vencedor, segundo relatou ao presidente Sarney. O Presidente, contudo, ainda vacilou: "Olhe lá, Funaro, onde vamos nos meter".